


## Lesbianidades e a formação acadêmica em psicologia no interior do Estado do Rio de Janeiro

*Lesbianism and the Academic Training in Psychology in the Interior of the State of Rio de Janeiro*

Mariana de Castro Moreira;<sup>1</sup> Mariana Souza de Pão<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - E-mail: [marianacastromoreira@id.uff.br](mailto:marianacastromoreira@id.uff.br) /  <https://orcid.org/0000-0002-1989-8936>

<sup>2</sup> Graduanda em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, RJ, Brasil - E-mail: [marianapao@id.uff.br](mailto:marianapao@id.uff.br) /  <https://orcid.org/0000-0003-1591-9282>

### Palavras-chave:

lesbianidades;  
psicologia; psicologia  
social; ética; formação  
acadêmica

**Resumo:** Esta narrativa tem como objetivo abordar a problemática da escassez de pesquisas, estudos, disciplinas e abordagens sobre as especificidades das demandas de mulheres lésbicas e seus modos de subjetivação na formação em Psicologia, discutindo os impactos éticos desse contexto sob as práticas psi. Ademais, propõe discutir a (falta de) políticas públicas que garantam o direito dessas mulheres. Para tal, por meio da escrita implicada, trago experiências pessoais enquanto graduanda lésbica em Psicologia na Universidade Federal Fluminense no Campus Universitário de Rio das Ostras, localizada no interior do estado do Rio de Janeiro. Além disso, são utilizadas referências bibliográficas a fim de embasar teoricamente as discussões. Assim, é feita uma narrativa acerca do silenciamento na academia sobre a vivência lésbica e seus modos de subjetivação e os efeitos na prática do psicólogo, de forma a provocar reflexões e (des)construções de conhecimentos e saberes e promover uma construção coletiva de uma profissão e formação acadêmica ética, não neutra, científica e comprometida com as mulheres lésbicas.

### Keywords:

lesbianities; psychology;  
social psychology; ethic;  
academic education

**Abstract:** This narrative aims to address the problem of the scarcity of research, studies, disciplines and approaches on the specificities of the demands of lesbian women and their modes of subjectivation in Psychology training, discussing the ethical impacts of this context on psi practices. Furthermore, it proposes to discuss the (lack of) public policies that guarantee the rights of these women. To this end, through the implicated writing, I bring personal experiences as a lesbian graduate student in Psychology at the Fluminense Federal University at the University Campus of Rio das Ostras, located in the interior of the state of Rio de Janeiro. In addition, bibliographic references are used in order to theoretically support the discussions. Thus, a narrative is made about the silencing in the academy about the lesbian experience and its modes of subjectivation and the effects on the psychologist's practice, in order to provoke reflections and (de)constructions of knowledge and promote a collective construction of a profession and ethical, non-neutral, scientific and academic training committed to lesbian women.



## Introdução

A invisibilização da mulher lésbica na sociedade heteronormativa é uma realidade. Esse silenciamento se estabelece e se atualiza de diferentes formas no dia a dia. A Psicologia, enquanto ciência posicionada sócio-historicamente, também contribuiu para a patologização e também despatologização dessa população, como afirmam os estudos de GONÇALVES e DE CARVALHO (2019). Sendo assim, venho neste artigo, em primeira pessoa, discutir sobre as questões que perpassam a formação acadêmica em Psicologia no interior do estado do Rio de Janeiro sobre o tema da lesbianidade e, também, promover reflexões sobre a prática psi e o atendimento ético às mulheres lésbicas.

Ressalto que este artigo não é um manual de técnicas e práticas adequadas para um acolhimento e acompanhamento ético e despido de preconceitos para com essas mulheres. Também, não irei construir “verdades” sobre essas mulheres, uma vez que cada vivência é única e legítima, não sendo possível homogeneizar todas as subjetividades como um dado neutro, estatístico e imutável. Pelo contrário, o intuito deste trabalho é provocar reflexões, questionamentos e (des)construções de práticas e saberes, a partir de um questionamento acerca das práticas psi e do fazer ético da profissão. É preciso que se questione e rupture um saber consolidado e naturalizado para que haja a real transformação de uma prática. E não há manual e “verdade” naturalizada que promova este movimento.

A minha escolha por escrever este artigo em primeira pessoa não é neutra. A escrita implicada ganha forma de resistência, de potência narrativa e de espaço de fala. Esta escolha está atravessada por toda a proposta deste texto, uma vez que, para romper com o silêncio de mulheres lésbicas, é preciso garantir o local e a visibilidade para que estas falem de si, legitimando-as. Dessa forma, eu, enquanto mulher branca cis lésbica, venho em primeira pessoa falar com mulheres lésbicas, profissionais e estudantes de psicologia.

A escrita, a temática, as metodologias e todos outros fatores que envolvem fazer um artigo e discursar sobre um determinado assunto não é uma escolha neutra. A falsa crença da neutralidade científica vem para fortalecer e manter modelos hegemônicos de saberes, promovendo a invisibilização e marginalização de formas de existir e de ser que não obedecem a esta norma. Eu, mulher lésbica, não poderia falar sobre lesbianidades e o fazer psi para com mulheres lésbicas de forma “neutra” - e alguém poderia? Constantes atravessamentos se configuram ao pesquisar, ler, falar e escrever sobre lesbianidades. Escolher o tema, discursar e fazer reflexões sobre a formação acadêmica em Psicologia, o acolhimento e acompanhamento de mulheres lésbicas por profissionais psi é uma posição política, não neutra e científica. Ademais, a escrita implicada também se dá por esse caminho

de escolha coerente a partir do encontro com perspectivas ou abordagens epistemológicas outras, não modernas, não euro centradas, contra hegemônicas.

Neste trabalho, irei utilizar o termo “lesbianidades” em sua pluralidade, pois, como propõe Toledo e Filho, este termo é uma forma de “nomear processos de subjetivação relativos à orientação sexual e identidades política, sexual e de gênero de mulheres com relações/práticas homoeróticas que se auto atribuem [sic] o nome lésbica” (2020 apud GONÇALVES; DE CARVALHO, 2019, p. 141). Portanto, não há como falar das existências lésbicas enquanto vivência homogênea, uma vez que essas mulheres existem em pluralidade, com suas diversas formas de existir, ser e estar no mundo, tais como suas reivindicações, subjetividades e posicionamentos se diferem e/ou se aproximam entre si.

Dessa maneira, este artigo tem por objetivo, através de referenciais teóricos, questionar, (des)construir saberes e levantar reflexões acerca da formação acadêmica em Psicologia e a prática do psicólogo no estado do Rio de Janeiro. Para tal, abordarei as questões éticas e políticas que perpassam o campo da Psicologia. Para esta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico a fim de estudar, aprofundar e articular as questões que circundam as lesbianidades, a ética e a política na Psicologia. Essa pesquisa bibliográfica se inspira nas diretrizes propostas pela cartografia de controvérsias, a fim de promover a desconstrução de saberes ditos naturais que reforçam a heterossexualidade e os modelos hegemônicos de ser, existir e saber, possibilitando a emergência e construção de novos saberes coletivos e críticos.

Segundo Latour (2005, 1994), o social nunca é dado a priori e, sim, se reconfigura constantemente nas práticas a partir da emergência de novas controvérsias e agenciamentos locais. A realidade não é vista como natural, imóvel e a priori e passa a ser compreendida como uma justaposição de elementos heterogêneos. Assim, a estratégia utilizada na cartografia de controvérsias é propor a aproximação do campo-tema (SPINK, 2003). Para tal, é preciso questionar e desconstruir verdades naturalizadas e os saberes rígidos para que, assim, lide com a temática social. Portanto, a construção de saberes se estabelece nas controvérsias, as quais não são rígidas e nem imutáveis, estando em constante processo de transformação (LATOURE, 2000 apud MOREIRA, 2014).

Ademais, esta pesquisa está inserida dentro do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (UFF), no campus de Rio das Ostras. No contexto sócio-histórico em que nos encontramos, é preciso fortalecer os princípios democráticos, afirmando a Psicologia enquanto ciência, política e profissão fundamental para promover a garantia de direitos. Assim, o dispositivo reafirma o compromisso da Psicologia com a transformação social, com o rompimento de saberes naturalizados e cristalizados socialmente, fortalecendo

as políticas públicas e construindo saberes no coletivo a fim de promover uma sociedade mais justa e equânime. Um de seus objetivos é contribuir com uma formação crítica e problematizadora no campo das políticas públicas. Portanto, ao ter este artigo localizado dentro do dispositivo, suas propostas se igualam e conversam entre si, a fim de afirmar o papel social da Psicologia para com as mulheres lésbicas, tanto na promoção de espaço de fala, produção científica e de subjetividade, como na legitimação de suas existências, garantindo seus direitos, construindo políticas públicas para atender suas demandas e, assim, estabelecendo um espaço seguro de (r)existência de mulheres lésbicas.

Assim, eu, mulher lésbica, aqui escrevo, pesquiso, narro, existo.

### **Mulheres Lésbicas**

No sistema patriarcal e heteronormativo, são constantes as pressões misóginas à vivência das mulheres. Pressões estéticas, a imposição de uma juventude eterna impossível de ser atingida, modos “ideais” de comportamentos, a mulher como frágil e cuidadora. A todo momento, esses padrões são atualizados e incorporados no nosso cotidiano, na tentativa de dominar nossos corpos e nossas subjetividades.

Durante séculos, as mulheres estiveram impedidas de ocupar lugares sociais, como, por exemplo, a academia. Conseqüentemente, as discussões sobre “o que é ser mulher?” eram a partir de discursos masculinos. Ou seja, homens que ditavam (e insistem em ditar até hoje) o que corresponde ao ser mulher. Laura Quadros (2021 apud SILVA, 2021) no prefácio do livro “Cuidado com Mulheres Lésbicas” aponta que os homens tornaram a mulher um objeto, com discursos que as inferiorizam diante do homem branco e europeu. Esses séculos de dominação e inferiorização de mulheres se estendem até os dias atuais, estando enraizados em nossa sociedade e se atualizando a cada dia: novos modos de tentativas de dominação, de controle dos corpos, de minar a subjetivação da mulher.

Mas onde eu quero chegar com essa discussão? Bom, é um fato (mas não tão óbvio) que lésbicas são mulheres. Lésbicas são mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente com outras mulheres. Mas além da sexualidade, a lesbianidade perpassa a subjetivação dessas mulheres, seu modo de ser e estar no mundo, de experienciar a vida e as suas relações. Infelizmente, mesmo com tantos avanços nas discussões feministas e de mulheres que discursam sobre mulheres, ainda temos um longo caminho a ser construído e percorrido na (re)construção do lugar da mulher na sociedade. Um lugar que não diz respeito aos homens, nem aos desejos masculinos. E, sim, onde a mulher quer estar, ocupando lugares antes reservados apenas aos homens cis brancos, e existindo da maneira que desejam com seus corpos e subjetividades.

Uma vez que lésbicas são mulheres, há uma dupla invisibilização e opressão lesbomisógina. As pressões sociais que caem sobre a mulher hétero também recaem sobre a mulher lésbica, porém, com um fator a mais - a lesbofobia. Se as discussões sobre “o que é ser mulher” são recentes, sobre “o que é ser mulher lésbica” são muito mais atuais e quase inexistentes. Por exemplo, os estudos da Psicologia no Brasil, campo teórico no qual me insiro, são escassos acerca de suas subjetividades. Portanto, como afirma Barbosa et. al. (2014 apud GONÇALVES; DE CARVALHO, 2019, p. 137) a vivência de mulheres lésbicas “é perpassada por uma junção de opressões, visto que somente o fato de ser mulher já é algo inferiorizado e a exposição da sexualidade é um fator que aumenta ainda mais essa opressão”.

As lésbicas não são perpassadas por um desejo de se tornarem homens. E não são homens. É importante frisar essa questão, pois é a forma de invalidação da existência de diversas lésbicas enquanto mulheres. No sistema heteronormativo, a binaridade circunda as existências: se você for mulher, apenas a atração por homem é válida. Logo, se você se atrai por mulheres, você deseja ser um homem. E essa não corresponde à realidade das mulheres lésbicas. Não somos e nem queremos nos tornarmos homens. Somos mulheres e somos legítimas enquanto mulheres amando outras mulheres.

Uma vez que há um padrão de feminilidade imposto que dita socialmente como uma mulher deve se vestir, se comportar e ser, as mulheres que mais se distanciam dele são aproximadas erroneamente do gênero masculino. Ou seja, mulheres que não performam feminilidade são declaradas por outros como “homens” e agredidas pela sua expressão subjetiva. Uma vez que ser lésbica significa romper com os padrões impostos, que foram construídos por homens e são atualizados na sociedade cotidianamente, e por disporem de subjetividades que se contrapõem à moral religiosa e tradicional da família heterossexual e patriarcal, pode-se afirmar que ser lésbica e (r)existir é, sim, um ato político.

São constantes os ataques e agressões verbais ou físicas motivados pela lesbomisoginia, muitos deles sustentados pelo discurso da “tentativa lésbica em ser homem”. Em 2021, a vereadora Verônica Lima do PT (Partido Trabalhista) foi vítima de lesbofobia por parte do vereador Paulo Eduardo Gomes do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Segundo a Rede Brasil Atual (2021). As agressões verbais ocorreram durante uma reunião na câmara, na qual o agressor falou “Quer ser homem? Então vou te tratar como homem”.

A invisibilidade constrói terreno sólido para que a lesbofobia se presentifique e se enraíze socialmente. Enquanto a invisibilidade apaga a existência de mulheres lésbicas e tudo que circunda a sua subjetividade, a lesbofobia se apresenta como repulsa e ódio a essas existências, seja por agressões verbais, morais, físicas, abusos psicológicos e tantas outras formas de demonstração do desejo de aniquilar as mulheres lésbicas. Como exemplo, trago um

acontecimento no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil) do Rio de Janeiro, no dia 30 de dezembro de 2016, quando um casal lésbico foi vítima de preconceito, intimidação e insultos nesse espaço. Logo após, no dia 04 de janeiro de 2017, ativistas se reuniram para protestar contra a lesbofobia. A Akemi Nitahara, repórter da Agência Brasil (2017), relata que o ato denominado de “lesbianizar o CCBB” foi organizado pelo Facebook pelo Grupo de Estudos Cênicos da Uerj, o qual definiu o movimento como um “evento-coletivo-manada inclusivo” para “ocuparmos o hall do CCBB com nossos corpos, porque foi exatamente assim que surgiu o caso de lesbofobia, apenas com a presença das duas pessoas no espaço” ([s.n.], 2017).

Eu, enquanto mulher lésbica, posso afirmar que há diversos outros casos que ocorrem, dia após dia, em espaços públicos ou privados, tal como ocorreu com Verônica e no CCBB. Mas, então, por que não ouvimos falar sobre eles? A invisibilidade e a falta de circulação de informações sobre vivências lésbicas sustentam o sistema heterossexual e machista. Não é por aleatoriedade ou por falta de leitura que não ouvimos falar sobre mulheres lésbicas e ataques lesbofóbicos: é um projeto. Projeto de invisibilização, de silenciamento, de opressão, de controle e de manutenção do sistema hegemônico heterossexual, patriarcal, machista, racista, capacitista e elitista. Para a manutenção de um sistema que trabalha a favor de poucos, muitos precisam estar invisíveis.

A “política de esquecimento” trabalhada por Navarro-Swain (2000) corresponde a toda tentativa de anular, apagar, destruir da história tudo que vá contra os costumes, moral e tradições de uma sociedade em determinado período. Assim, ao refletirmos sobre as vivências lésbicas, sendo a forma de se relacionar afetivo-sexualmente com outras mulheres, dispensando a presença do homem, percebemos a atuação dessa política como forma de deslocar essas vivências e subjetividades para o lugar de não-possibilidade e de não-existência.

Uma vez que a história é construída a partir da materialidade dos registros, quando há a existência de uma experiência e vivência, mas ela não é registrada, materializada ou quando seus registros são apagados ou destruídos, ela passa a ocupar o lugar de não-existir (NAVARRO-SWAIN, 2000 apud CARVALHO; CALDERARO; SOUZA, 2013). Ou seja, ao não ouvirmos sobre mulheres lésbicas, sobre seus desejos, vivências, experiências, lutas e atuações, seja no campo macro ou micro do cotidiano, essas vidas são apagadas da história. Ao fazer um aparato histórico e uma análise sobre as produções acerca das lesbianidades, Oliveira e Mattos (2018) discorrem sobre a pergunta lançada por Navarro-Swain (2000, p. 13): “Se a História não fala das relações físicas e emocionais entre as mulheres é porque não existiram?”. Assim, as autoras apontam que:

A História não fala das relações físicas e emocionais entre as mulheres porque a elas coube um papel secundário na própria História! As produções científicas e sociais de cada época deflagram não apenas os temas de relevância, mas os agentes

legitimados nesse processo discursivo. Quem escreve? Sobre o que? Para quem? Quais temas parecem necessários a cada período da história e quais tramas permitem visibilidade ou silenciamento? (OLIVEIRA; MATTOS, 2018, p. 16).

Portanto, nesse artigo, estamos discutindo sobre os impactos desse apagamento no campo da Psicologia, a partir de estudos teóricos e da minha própria experiência enquanto mulher lésbica graduanda da Universidade Federal Fluminense no Campus de Rio das Ostras, no Estado do Rio de Janeiro.

### **Lesblianidades e Psicologia**

Ao adentrar a universidade pública, vivenciei uma nova forma de silenciamento enquanto mulher lésbica. A minha grade curricular obrigatória continha inúmeras disciplinas, mas nenhuma delas e nem em disciplinas optativas, continha o tema da lesbianidade. Por muitos períodos, estive ocupando a faculdade sem que ouvisse professores ou grupos de estudos falarem de mulheres lésbicas, era como se não existisse tal subjetividade para ser abordada no curso de Psicologia. Apenas ouvia a palavra “lésbica” quando iam descrever a sigla LGBTQIA+ em alguma palestra, aula ou discussão, sem tratar especificamente da subjetividade dessas mulheres. E, por todo esse tempo, a sensação de que ali não era espaço para abordar e discursar sobre minha vivência enquanto mulher lésbica esteve presente.

Debruçando-me de forma autônoma sobre estudos que abordam as lesbianidades, percebi que este fenômeno se estabelece não só dentro dos muros da universidade que ocupo, mas também em outros espaços públicos ou privados. Segundo Gonçalves e De Carvalho (2019), quando os estudos abordam a temática da homossexualidade, predominantemente se perpassa sobre as questões relacionadas a homens gays e raramente abordam as mulheres lésbicas, apagando-as. Ainda, como aponta Adrienne Rich (1980 apud em GONÇALVES; DE CARVALHO, 2019, p. 140) “equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez”.

Foi diante dessa falta de representatividade na academia que me vi impulsionada pelo desejo e necessidade de pesquisar e aprender mais com essas mulheres. Como afirma Audre Lorde (2019, p. 52), “na transformação do silêncio em linguagem e em ação, é essencial que cada uma de nós estabeleça ou analise seu papel nessa transformação e reconheça que seu papel é vital nesse processo”. Portanto, é de responsabilidade coletiva a procura por ler, conhecer, ouvir e assistir mulheres lésbicas. “Como as mulheres clamam para serem ouvidas, também é de nossa responsabilidade, enquanto mulheres, ouvi-las” (LORDE, 2019 apud MOREIRA; PÃO, 2021, p. 100).

Durante o meu sexto período na universidade, conheci mais as políticas públicas e vi nesse campo, juntamente com a professora que ministrava a disciplina, a oportunidade que tanto aguardava para me aprofundar nos estudos sobre lesbianidades. Então, propus à professora Mariana de Castro Moreira que me orientasse nas minhas pesquisas e a proposta foi aceita com grande receptividade. Inclusive, a tenho como orientadora do meu Trabalho de Conclusão de Curso o qual aqui escrevo.

Assim, comecei a participar do primeiro Laboratório de Políticas Públicas da UFF de Rio das Ostras, coordenado por Mariana de Castro Moreira. Portanto, esta pesquisa se desenvolve dentro do dispositivo, o qual objetiva firmar o compromisso ético e histórico da Psicologia para com a população civil, tanto na garantia dos seus direitos quanto na promoção da transformação social por meio das políticas públicas. Dessa maneira, o dispositivo foi construído para implementar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Psicologia na Universidade Federal Fluminense, em Rio das Ostras, contribuindo com o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes críticas essenciais à formação de um psicólogo, partindo da produção de conhecimento e práticas nos diversos campos das políticas públicas. Visto que a construção de conhecimento dentro do dispositivo se estabelece em conjunto, por vezes minha escrita implicada ao longo dessa narrativa se reformula em terceira pessoa (“nós”), por pensarmos, discutirmos e construirmos coletivamente as pesquisas, saberes e práticas em Psicologia e Políticas Públicas.

A Psicologia se insere no campo das políticas públicas como atuante na garantia de direitos da população civil. Diante disso, ao pesquisar sobre Psicologia e Políticas Públicas voltadas especificamente para as demandas e vivências das mulheres lésbicas, nota-se uma escassez, o que nos cabe refletir: “o que esse cenário nos diz sobre a (falta de) garantia dos direitos dessas mulheres?” (MOREIRA; PÃO, 2021). E, como graduanda de uma Universidade Federal no interior do Estado do Rio de Janeiro, posso afirmar que, até hoje, não usufruí de políticas educativas no curso de Psicologia que abragiam a subjetividade lésbica, sendo esse um dos fatores que corroboraram para o meu sentimento de não ter espaço de fala. Não houve disciplinas, cursos, grupos de estudos ou projetos de educação pública que abordassem especificamente as demandas de mulheres lésbicas no campus de Rio das Ostras, o qual me insiro atualmente.

Logo, ao iniciar meus estudos sobre as lesbianidades, me deparei com o problema da escassez de pesquisas com essa população no campo da Psicologia. Além da dificuldade de encontrar materiais que abordam a lesbianidade, muitos deles apenas citam a existência de mulheres lésbicas, sem se aprofundar sobre as suas questões subjetivas, demandas e experiências que envolvem tais existências. Além disso, foram raros os materiais que



abordam o fazer psi com mulheres lésbicas e as questões éticas que perpassam esses acolhimentos e atendimentos.

A revisão de literatura feita pelas autoras Gonçalves e De Carvalho (2019) nos permite compreender as raízes dessa problemática. A Psicologia, assim como toda ciência, é influenciada pelo contexto histórico-social que se insere e, conseqüentemente, as teorias e crenças da época também influenciavam a prática psi (SCLIAR, 2007 apud GONÇALVES; DE CARVALHO, 2019). Dessa maneira, diante do discurso punitivista da época, a Psicologia se constituiu com práticas desfavoráveis à homossexualidade, condenando-a e promovendo “tratamentos curativos” da orientação sexual, afirmando a vivência heterossexual como a única forma saudável e legítima de ser (GONÇALVES; DE CARVALHO, 2019).

Após a mobilização dos grupos sociais e de suas lutas para garantia de direitos e da sua visibilidade, houve uma mudança de movimento na sociedade. Uma vez que a população marginalizada passou a ocupar espaços como a academia, o mercado de trabalho e a produção científica, por exemplo. Assim, as discussões e produções científicas começaram a refletir esse contexto, uma vez que a população marginalizada discursava e produziu sobre a sua própria experiência de invisibilidade e reivindicando seus direitos. Conseqüentemente, a ciência passou a se desligar, pouco a pouco, das práticas punitivistas e curativas (GONÇALVES; DE CARVALHO, 2019). O processo de lutas e reivindicações por respeito, igualdade e pela garantia de seus direitos é forte até os dias atuais, visto que as raízes desse sistema opressor se perpetuam e se atualizam constantemente.

A American Psychiatric Association (APA), referência mundial em Psiquiatria, só remove a homossexualidade da lista oficial de transtornos mentais em 1973; já a Organização Mundial da Saúde (OMS) só se dispõe a fazer o mesmo em 1992. No Brasil, é somente em 1985 que o Conselho Federal de Medicina deixa de ver a homossexualidade como patologia mental. Já no campo da Psicologia a demora é ainda mais longa: apenas em 1999 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) se pronuncia oficialmente sobre a homossexualidade, estabelecendo normas de atuação para os psicólogos no que diz respeito à orientação sexual (HEREK, 2000 apud GONÇALVES; DE CARVALHO, 2019, p. 144).

Apesar dos avanços supracitados, o sistema patriarcal, machista e heterossexual ainda influencia as práticas psis até a atualidade. Como citei anteriormente, a falta de debate acerca das vivências lésbicas, suas demandas e direitos é uma forma de silenciar e invisibilizar essa população. Quando trazemos o recorte para o campo da Psicologia, cabe refletir: quais são os impactos e conseqüências na prática ética psi por não abordarem tais subjetividades na formação do psicólogo? Como essa invisibilização trabalha a favor da manutenção do sistema opressor? Quais as formas de rompermos com esses saberes hegemônicos e construirmos uma Psicologia firmada com seu papel social e histórico na garantia dos direitos da população lésbica?

## **Como Pensamos a Prática e Formação Ética do Psicólogo com Mulheres Lésbicas?**

Apenas em 1999, o Conselho Federal de Psicologia publicou “normas de atuação para os psicólogos no que diz respeito à orientação sexual”. Diante disso, podemos perceber o quão recente é a discussão acerca dos direitos e do respeito às pessoas LGBTQIA+ na Psicologia. Apesar da publicação dessa norma, muitas práticas psis ainda estão enraizadas de preconceitos e lesbofobia. Infelizmente, ainda vemos na clínica a perpetuação de diferentes modos de invisibilização e agressão às mulheres lésbicas. A seguir, irei levantar algumas reflexões e discussões acerca da ética e do cuidado no atendimento psicológico para com mulheres lésbicas. Para tal, utilizarei como ponto de partida o livro “Cuidado com Mulheres lésbicas: prática clínica em Psicologia” (2021), da autora Angélica Glória Mendonça da Silva, psicóloga e Mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E, também, me guiarei pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo do Conselho Federal de Psicologia (2005).

O livro que utilizarei como ponto de partida para as discussões foi escrito por uma mulher lésbica. Nele, ela traz suas experiências na clínica enquanto psicóloga e as demandas trazidas por suas pacientes lésbicas, abordando questões como heterossexualidade compulsória, automedicação da vida, lesbofobia na clínica, entre outras questões que perpassam a vida dessas mulheres. Além de trabalhar com relatos de experiências clínicas, Silva (2021) traz contribuições teóricas para embasar suas discussões e reflexões. Assim, trago este livro como terreno para construir reflexões para além da clínica, incluindo os atendimentos e a prática do psicólogo enquanto profissão ética, não neutra e promotora da garantia de direitos das mulheres lésbicas.

Primeiramente, gostaria de frisar que não tenho a proposta de escrever um manual nem um passo a passo de como o psicólogo deve atender e acolher as mulheres lésbicas na sua prática. Nesse artigo, proponho questionar, refletir e desconstruir saberes tidos como “verdades” e “neutros” para que, então, em conjunto, possamos construir novos modos éticos da prática do psicólogo. A verdadeira construção de uma prática clínica comprometida com a ética e com o cuidado se estabelece através da constante reflexão e desconstrução da nossa prática psi. Portanto, nenhum manual é capaz de fazer tal movimento crítico, uma vez que dita modos de como fazer, sem propor discussões e reflexões.

Diante de uma Psicologia elitista, excludente e constituída por saberes hegemônicos, é na reflexão crítica e na construção coletiva de saberes que encontro esperanças na prática clínica ética e comprometida socialmente com os direitos da população civil. O mito da neutralidade científica também circunda a Psicologia e, dessa forma, saberes hegemônicos

que favorecem a elite, o sistema patriarcal, machista, heterossexual, racista, capacitista e transfóbico continuam a serem protegidos e perpetuados dentre as nossas práticas e conhecimentos. A Psicologia não é neutra. E, por isso, cabe a nós, psicólogos e futuros psicólogos, nos perguntarmos:

Que realidades temos colocado em cena e quais outras permanecem invisibilizadas? De que forma nossas práticas contribuíram para perpetuar situações de exclusão e que outras formas podem ser inventadas para contribuir com a transformação pessoal e social e acolher novos modos de subjetivação? (MOREIRA, 2014 apud MOREIRA; PÃO, p. 102).

Assim, se não há esse olhar para as vivências e para as histórias destas mulheres e se não trazemos isso para dentro da academia, nossas práticas tenderão a uniformizar o que não é passível de padronização e invisibilizaremos estes modos de subjetivação. Uma vez que nos inserimos em uma sociedade heteronormativa, há a pré concepção de que a mulher é heterossexual. Isso é deflagrado no Dossiê Saúde de Mulheres Lésbicas (2006 apud CARVALHO, CALDERARO; SOUZA, 2013, p. 123), o qual aponta a existência de um “pressuposto da heterossexualidade por parte dos profissionais da saúde”. Infelizmente, alguns psicólogos também partem do mesmo pressuposto, os quais, antes de ter qualquer afirmação da paciente sobre a sua sexualidade, já a assume enquanto hétero, encaixando-a no discurso heteronormativo e colocando a lesbianidade enquanto não-possibilidade.

Além disso, como Silva (2021) afirma em seu livro, diversas mulheres têm sua orientação sexual questionada ou submetidas a “validação” por psicólogos quando se afirmam lésbicas. Ou psicólogos que tentam investigar as motivações por trás da lesbianidade, como se houvesse algum trauma, abuso, negligência ou uma “verdadeira razão escondida” que explicasse o porquê daquela mulher ser lésbica. O que me provoca o questionamento: quando uma mulher heterossexual se afirma enquanto tal ou relata um relacionamento amoroso com um homem, será que ela é submetida a uma série de questionamentos? Será que duvidam da sua sexualidade? Se questionam se ela já “experimentou” o sexo oposto? Ou tentam investigar o que a levou a conclusão de que é hétero?

Assumir previamente que uma mulher é hétero, apenas por ser mulher, é a representação da política do esquecimento de Navarro-Swain (2000). Nesse contexto, a lesbianidade ocupa o lugar do esquecimento, do não dito, da não-possibilidade. E, enquanto a Psicologia se ausentar de discussões que reflitam as questões éticas da prática e da formação psi para com essas mulheres, as situações supracitadas continuarão a serem perpetuadas e atualizadas no dia a dia, negligenciando e causando mais sofrimento psíquico a essas mulheres. Como afirma Silva (2021, p. 57):

Lésbicas que estão em sofrimento e, por isso, procuram a ajuda de profissionais da psicologia, podem se sentir ainda menos inclinadas a tentar aliviar seu sofrimento quando encontram psicólogos como estes. Muitas lésbicas relataram que já foram ao psicólogo, se decepcionaram e jamais voltariam.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2005, p. 7), “o psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Portanto, a subjetividade das pacientes precisam ser legitimadas em sua singularidade, a fim de promover respeito e igualdade na prática do psicólogo. Assim, serão construídas práticas despidas de preconceitos e que abarque a individualidade do sujeito e, para tal, é preciso a constante reflexão crítica de sua prática psi para que, dessa forma, seja possível construir modos de acolhimento e atendimento ético. O quanto a sua prática psi é acolhedora? A quem ela acolhe? A quem a sua escuta interessa? Por quê?

Ademais, aparece nas práticas psis discursos religiosos e morais os quais condenam a lesbianidade. Silva (2021) expõe relatos de mulheres lésbicas que foram atendidas por terapeutas que as aconselharam a ir em igrejas ou buscar uma religião, ou que afirmam já ter “curado” outras pacientes da lesbianidade ou que falam que é possível aprender a gostar do sexo oposto. Segundo a Resolução nº 1 do CFP, de 22 de março de 1999, “os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas” e, ainda, que “os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados”. Sendo assim, as práticas supracitadas vão contra a própria ética da profissão.

Diante de uma formação acadêmica em Psicologia que não trata das questões subjetivas que perpassam a existência lésbica, sejam suas demandas, experiências ou violências que sofrem, o que se pode esperar da prática desses profissionais após a sua formação? O fato é que, se a Psicologia não se compromete em lidar e abarcar as questões que envolvem a vivência múltipla das mulheres lésbicas, não são as pacientes que devem se adequar às teorias psi. A Psicologia precisa ser repensada, refletida, questionada, criticada e construída coletivamente.

No Código de Ética do Conselho Federal de Psicologia (2005, p. 7), há um princípio fundamental que afirma que “o psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática”. Sendo assim, é dever do psicólogo - e não do paciente - aprender, buscar conhecimento e construir práticas despatologizantes e sem

preconceitos para que, assim, seja possível um atendimento ético do sujeito múltiplo e singular que se apresenta em seu fazer profissional. Para que, dessa forma, o psicólogo esteja apto a trabalhar eticamente com o discurso de seu paciente, sem pré-concepções e preconceitos que deslegitimam e ferem a mulher lésbica. Inclusive, o próprio Código de Ética do CFP (2005, p. 5) aponta para esse movimento contínuo de (des)construção, quando afirma que “um código de ética não pode ser visto como um conjunto fixo de normas e imutável no tempo”. Portanto, devido à mutabilidade dos sujeitos e da realidade que nos cerca, é de extrema importância que haja questionamentos sobre os saberes e práticas psi a fim de não negligenciar nenhuma existência e subjetividade.

Os cursos de formação em Psicologia possuem dispositivos que consideram a existência lésbica enquanto possibilidade? O que está sendo posto para os psicólogos em formação sobre a lesbianidade? A formação em Psicologia está sendo construída de forma a romper com o modelo heteronormativo e machista? O curso está abarcando a complexidade que é a existência lésbica? Os futuros psicólogos estão comprometidos com uma Psicologia não neutra, científica, ética e promotora da garantia de direitos para com mulheres lésbicas?

E você, psicólogo ou futuro psicólogo, seja no campo da clínica, da educação, da assistência social, das políticas públicas, do hospital, entre outras áreas de atuação em que a Psicologia se insere: o quanto a sua escuta está preparada para ouvir mulheres lésbicas? O que você sabe sobre essas subjetividades? O quanto os estereótipos e preconceitos sobre a lesbianidade te impedem de exercer uma prática ética e acolhedora para com as mulheres lésbicas?

## Referências

CARVALHO, Cintia Sousa; CALDERARO, Fernanda; SOUZA, Solange Jobin e. O dispositivo "saúde de mulheres lésbicas": (in)visibilidade e direitos. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 111-127, abr. 2013. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2013000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 21 set. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Resolução CFP Nº 001/1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília, DF, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.

GONÇALVES, Joyce Amorim; DE CARVALHO, Ana Rosa Rebelo Ferreira. Lesbianidade e psicologia na contemporaneidade: uma revisão sistemática. **Revista Gênero**, v. 20, n. 1, p. 135-156, 2019. <https://doi.org/10.22409/rg.v20i1.38495>

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOURE, Bruno. Reensamblar lo social: Una introducción a la teoría del actor-red. Buenos Aires: Ediciones Manatí, 2005.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e em ação. In: LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Autêntica Editora, 2019, p. 49-54.

MOREIRA, Mariana de Castro. “**O que foi feito, amigo, de tudo que a gente sonhou?**”: Uma cartografia da atuação de Organizações da Sociedade Civil no fortalecimento da democracia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. 208 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2014.

MOREIRA, Mariana de Castro; PÃO, Mariana Souza de. “São duas meninas?: Reflexões sobre o silenciamento da vivência lésbica”. *Sul-Sul - Revista De Ciências Humanas E Sociais*. v. 2 n., p. 89-104 02, 2021. DOI: <https://doi.org/10.53282/sulsul.v2i02.886>

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

NITAHARA, Akemi. Ativistas protestam contra a lesbofobia no CCBB do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, **Agência Brasil**, 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-01/ativistas-fazem-ato-contra-lesbofobia-no-ccbb-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 15 de ago. 2021.

OLIVEIRA, Leandra Sobral; MATTOS, Amana Rocha. Diálogos sobre Lesbianidades. Uma breve incursão histórica e análise das produções recentes. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, n. 2, 2018. <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2018.2.9089>

RBA, Redação. Vereadora de Niterói faz BO contra colega do Psol por lesbofobia. Partido reprova atitude. **Rede Brasil Atual**, Niterói, 08 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SILVA, Angélica Glória Mendonça da. **Cuidado com mulheres lésbicas: prática clínica em psicologia**. Editora UICLAP, 2021.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo de psicologia social: uma perspectiva pós construcionista. **Psicologia & Sociedade**; 15 (2): p. 18-42, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>

## Sobre as autoras

### Mariana de Castro Moreira

Professora adjunta no Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - UFF/Rio das Ostras e coordenadora do Laboratório de Políticas Públicas na mesma instituição. Áreas de interesse: Psicologia, Educação e processos de construção de conhecimentos. Movimentos Sociais, Organizações da Sociedade Civil e Políticas Públicas. Possui doutorado (2014) e mestrado (2000) em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/IP/EICOS). E-mail: [marianacastromoreira@id.uff.br](mailto:marianacastromoreira@id.uff.br).

**Mariana Souza de Pão**

Gaduada no curso de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF) no Campus Universitário de Rio das Ostras/RJ e integrante do Laboratório de Políticas Públicas na mesma instituição. E-mail: [marianapao@id.uff.br](mailto:marianapao@id.uff.br)